

A Cúria Pontífice e as Guerras de Poder

Em meados do século XV, a Igreja sai fortalecida de uma crise que se iniciou em 1378, quando foram eleitos para o trono de S. Pedro dois Papas rivais, dividindo a cristandade. No Concílio de Constança, em 1418, é eleito o Papa Martinho V, que acaba com o cisma e restabelece a unidade da Igreja. Na sequência desta eleição elevam-se as vozes solicitando a reforma interna da Igreja e o restabelecimento dos seus ideais de amor à pobreza do clero e de empenho na salvação das almas. No entanto, os pontificados dos Papas que se sucederam durante cerca de meio século, de Sisto IV a Leão X marcaram, do ponto de vista religioso, o nível mais baixo do Papado, apesar de vários destes Papas terem sido mecenas incontestáveis das artes do Renascimento. No entanto, negligenciaram a sua tarefa principal de promover a reforma da Igreja e de assegurar os interesses religiosos e eclesiásticos. Agindo como verdadeiros senhores temporais, dedicando-se a projetos profanos e políticos, criaram um sistema de nepotismo para favorecer os seus amigos e familiares. Esta secularização do cargo pastoral supremo demonstra a que ponto, nesta época, o espírito cristão desapareceu da Igreja e doseio da cúria.



Identificada por historiadores deste período como “a época dos sobrinhos”, tal fora o modo como as famílias se sucederam no trono pontifical, acabaram por gerar autênticas dinastias. Aqui o termo “nepotismo” encontra a sua real dimensão: o sobrinho de um pontífice, ou pelo menos um dos seus parentes, torna-se por sua vez Papa.

Foi assim com a família Siena e os seus dois Papas Piccolomini, Pio II e Pio III, com a família Della Rovere da Ligúria, Sisto IV e o seu sobrinho Giuliano (Júlio II) e com os Médici de Florença, Leão X e Clemente VII. Três dinastias, três eleições de sobrinhos. Perante este cenário é difícil imaginar o século XV, tal como o seguinte, como um “século das luzes”, brilhante e “renascido”. A avidez de curiosidade intelectual, de saber e de poder – incluindo, no que às grandes famílias italianas se refere, ou seja, a sua influência no Colégio dos Cardeais e subsequentemente na eleição do pontífice – coloca um entrave nesses supostos desejos de renovação espiritual e sobrenatural e dá origem a ambições humanas e terrenas.

As Guerras das Famílias Papais

Para melhor entender a dinâmica do Papado do Renascimento, é necessário situarmo-nos no mapa político da época e na luta travada pelos Papas para manter a independência dos Estados Pontifícios (ou Papais), sobre os quais exerciam o real poder temporal. No período renascentista, a qualidade de soberano territorial teve destaque e, frequentemente, colocou na sombra os outros aspectos da figura do pontífice (religioso e guia espiritual).

A Itália do século XV era um território muito instável, com alianças políticas efêmeras e estados conflituosos governados por famílias implacavelmente ambiciosas – os Médici de Florença, os Sforza de Milão, os Malatesta de Rimini. De igual modo, as grandes potências da época tinham pretensões sobre territórios italianos: a Espanha cobiçava a Sicília e França queria Milão, convertendo a Itália no palco de uma luta europeia entre potências rivais. Desde o tempo das invasões lombardas que a defesa do “território de S. Pedro” era uma das principais preocupações da política Papal, preocupação essa que se revestia de maior importância numa época de líderes preocupados com a guerra. Os próprios Papas, também eles com interesses expansionistas, cada vez mais se apresentavam como líderes seculares em luta contra seus inimigos.

Esta realidade política era aumentada pelo fato do pontífice estar ligado, por grau de parentesco, às influentes famílias italianas que, por sua vez, procuravam obter vantagens através do Papado. Faziam de tudo para eleger um elemento da sua estirpe para o “trono de S. Pedro”, de forma a fortalecer o *poder senhorial* da linhagem. Entrar neste jogo político era uma arte complicada e difícil. Mais ainda se um Papa fosse um estrangeiro, imposto por uma eleição e sem antecedentes dinásticos. Os Papas que pertenciam às grandes famílias romanas, apoiavam-se no seu clã, seguros de encontrar lá um refúgio contra os seus opositores. A vida dos Papas e de Roma sempre foi constantemente condicionada pela luta entre as grandes linhagens nobres para monopolizarem cargos e benefícios, e para manterem ou aumentarem a sua influência; o controle da Igreja, naturalmente, era um dos seus objetivos.

Estes nobres guerreiros possuíam importantes propriedades enraizadas no coração da cidade e controlavam facilmente setores urbanos inteiros. Possuíam também numerosos feudos, castelos fortificados na área rural de Roma e nas províncias vizinhas, cercando Roma com um verdadeiro cinturão de forças militares, que poderia bloquear, se eles assim o desejassem, qualquer abastecimento à cidade. Os mais poderosos – as famílias Colonna e Orsini – eram liderados por homens que viviam como potentados, verdadeiros chefes de estado, que casavam os seus filhos com famílias principescas, estabelecendo assim uma intrincada rede de alianças.

É difícil analisar as lutas que se geravam entre estas facções. Estas eram verdadeiras guerras civis, mas as posições não eram sempre as mesmas, pois os entendimentos com outras famílias faziam-se e desfaziam-se. Os Colonna, muito numerosos, dividiam-se por vezes em dois partidos, cujos chefes, que tinham contas a ajustar entre eles, se recusavam por vezes a submeter-se a um árbitro. Era aí que o Papa, como chefe supremo, podia usar esta divisão para agir. Assim, um dos grandes imperativos para a conquista de um verdadeiro poder pontifical era abater o poderio destes clãs romanos ou, pelo menos, apaziguar os seus conflitos. Rodrigo

Bórgia, que adotou o nome de Papa Alexandre VI, foi provavelmente o ocupante do trono de S. Pedro com pior fama do Renascimento e, enquanto Papa, usou os casamentos dinásticos dos filhos para constituir alianças com uma série de príncipes. Alienou grandes extensões de terras pontifícias para criar ducados independentes para os seus filhos Juan e César. Este último foi o modelo admirado por Nicolau Maquiavel no seu tratado renascentista da arte de governar, “O Príncipe”.

A diplomacia e as Guerras Papais, contudo, não estavam inevitavelmente ligadas ao engrandecimento da família do Papa. O pontífice mais feroz da época – autoritário, impetuoso, maniacamente ativo – foi o Della Rovere, Júlio II. Conhecido entre os seus contemporâneos como “il terribile”, expressão que sugere uma violenta força da natureza mais do que uma personalidade, Júlio percorria toda a península italiana numa armadura de prata, à frente das suas próprias tropas. As suas guerras, porém, ao contrário das de Sisto IV ou Alexandre VI, eram planeadas para consolidar a posição do próprio Papado, e não a da família do Papa reinante.

A Cor Púrpura

Quem são, então, estes príncipes da Igreja, entre os quais é escolhido o representante supremo que guardará as chaves de S. Pedro?

No livro “O Homem Renascentista”, obra notável dirigida por Eugenio Garin, e de importância fundamental para se entender o mundo do Renascimento, podemos encontrar um capítulo escrito por Massimo Firpo que se chama precisamente “O Cardeal”.

Nele o autor conduz-nos pelos meandros desse universo sem paralelo que é a sede da cristandade e apresenta-nos essas extraordinárias criaturas “vestidas de púrpura”. Em 1510, Paolo Cortesi, que tinha sido durante mais de vinte anos “*scriptor*” e depois secretário na cúria pontifícia, escreveu um livro de grande sobriedade clássica, intitulado “Decardinalatu”. Em sua obra, descreve o perfil ideal de príncipe da Igreja: “um sacerdote sério e de moral inabalável, empenhado no governo público e privado, consciente da sua altíssima dignidade e dos numerosos e árduos deveres que ela comportava, consubstanciados nas vestes purpúreas, símbolo do empenho na defesa da fé: “*usque ad effusionem sanguinis*” (estar disposto a conduzir uma vida exemplar, mesmo ao custo do próprio sangue).



Roma, a sede da cristandade, vivia então num tenebroso clima de violência, devassidão, avidez e corrupção generalizadas. Os bens papais eram cedidos a parentes e amigos, e vendidos pela melhor oferta, enquanto os próprios cardeais se empenhavam apenas na defesa dos interesses dos seus soberanos e das suas famílias. Almejavam a obtenção dos benefícios

mais lucrativos, dos cargos mais rendosos, repartindo entre eles cidades e castelos, dioceses e abadias, ofícios e legações. Efetivamente, durante os séculos XV e XVI, o Sagrado Colégio era - na sua essência - constituído por cardeais nomeados não pela sua seriedade e competência, mas pelas suas ligações às redes codependentes que dominavam a cúria. Assim, desde a publicação do Decardinalatu, dos trinta e quatro cardeais que existiam, cinco eram sobrinhos do Papa e catorze estrangeiros: espanhóis, franceses e, claro, as famílias nobres mais poderosas de Itália: um Grimani e um Cornaro, de Veneza, um Este, de Ferrara, um Gonzaga, de Mântua, um Médici e um Soderini, de Florença, um Fieschi, de Génova, um Del Carreto dal Finale, um Carafa e mesmo um sobrinho de Ferrante de Aragão, de Nápoles, denunciando claramente – com a nomeação desses cardeais, uma política de nepotismo e clientelismo.